PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 144/2023

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o Exercício Financeiro de 2024.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída às Comissões em 02/10/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 03/10/2023.

As Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas manifestaram, em conjunto, sobre a matéria, emitindo o seguinte parecer:

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei trata da Lei Orçamentária Anual do Município de Montes Claros – LOA para o exercício financeiro de 2024.

A Lei do Orçamento contém a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Para Vianna, o orçamento público é definido como "Instrumento de controle preventivo, assinalando o caminho a seguir pela administração e dando-lhe necessária autorização para arrecadar e gastar, dentro dos limites que se contêm no próprio orçamento." (VIANA, 1976, p. 26).

O orçamento anual compreende obrigatoriamente as receitas e despesas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, tanto da administração direta quanto da administração indireta.

Receita pública é o montante total de impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos em dinheiro recolhido e incorporado ao patrimônio do Município, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos.

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital), são portanto, despesas de qualquer natureza, procedência e destino realizadas pelos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, além do orçamento de investimento das empresas estatais em que o Município detenha maioria do capital social.

A receita total do Município de Montes Claros para o ano de 2024 está discriminada no Projeto de Lei encaminhado a esta Casa, da seguinte forma: R\$ 1.914.351.000,00 (um bilhão, novecentos e quatorze milhões e trezentos e cinquenta e um mil reais), para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e Investimentos, sendo que para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social está estimado em R\$ 1.887.300.000,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e sete milhões e trezentos mil reais), compreendendo a Administração Direta, Legislativo e Executivo, e Indireta o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros — Prevmoc, a

1

Agência Municipal de Água, Saneamento Básico e Energia de Montes Claros – Amasbe e a Superintendência de Administração de Estádios e Estabelecimentos do Município de Montes Claros – Supermoc e o Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas do Município, fixado em **R\$ 27.051.000,00** (vinte e sete milhões e cinquenta e um mil reais), referente à Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – Esurb e à Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros – MCTrans.

De forma mais detalhada apresenta as receitas correntes no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da seguinte forma:

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

Receitas Correntes

| 535.505.000,00 |
|-------------------|
| 69.704.000,00 |
| 72.939.800,00 |
| 6.160.000,00 |
| 1.230.435.000,00 |
| 23.885.000,00 |
| 35.063.000,00 |
| |
| (-) 29.207.800,00 |
| (-)515.000,00 |
| (-) 2.410.000,00 |
| (-) 290.000,00 |
| (-) 88.044.000,00 |
| 1.853.225.000,00 |
| |

Receitas de Capital

| Subtotal | 34.075.000,00 |
|---------------------------|---------------|
| Transferências de Capital | 32.165.000,00 |
| Alienação de Bens | 1.710.000,00 |
| Operações de Crédito | 200.000,00 |

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - RUA URBINO VIANA, 600, VILA GUILHERMINA – CEP:39.400-087 – MONTES CLAROS/MG – TELEFONES: (38) 3690-5512

Total 1.887.300.000,00

Orçamento de Investimento das Empresas Públicas do Município:

Receitas Operacionais

| Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - Esurb | 9.000.000,00 |
|---|------------------|
| Empresa Municipal de Planej. Gestãoe Educação em Trânsito e Transporte de M. Claros - MCTrans | 18.051.000,00 |
| Subtotal | 27.051.000,00 |
| Total | 1.914.351.000,00 |

DESPESAS POR ÓRGÃOS:

| Poder Legislativo | 33.747.920,00 |
|----------------------|------------------|
| Câmara Municipal | 33.747.920,00 |
| Poder Executivo | 1.880.603.080,00 |
| Administração Direta | 1.701.938.880,00 |
| Prevmoc | 150.813.200,00 |
| Amasbe | 300.000,00 |
| Supermoc | 500.000,00 |
| Esurb | 9.000.000,00 |
| MCTrans | 18.051.000,00 |
| Total | 1.914.351.000,00 |

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

| 33.747.920,00 |
|----------------|
| 3.173.000,00 |
| 64.646.880,00 |
| 87.743.000,00 |
| 48.266.000,00 |
| 460.007.000,00 |
| 33.182.000,00 |
| |

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - RUA URBINO VIANA, 600, VILA GUILHERMINA - CEP:39.400-087 - MONTES CLAROS/MG - TELEFONES: (38) 3690-5512

| Subtotal | 1.887.300.000,00 |
|--|------------------|
| Supermoc | 500.000,00 |
| Agência Mun. Agua, San. Bás. e Energia M. Claros | 300.000,00 |
| Instit. Munic. Prev. Serv. Púb. de Montes Claros | 150.813.200,00 |
| Assessoria de Comunicação | 4.980.000,00 |
| Secretaria de Cultura | 6.966.000,00 |
| Controladoria Geral | 2.296.000,00 |
| Secretaria de Esporte e Juventude | 10.731.000,00 |
| Secretaria de Defesa Social | 38.415.000,00 |
| Secretaria de Serviços Urbanos | 65.134.000,00 |
| Secretaria de Administ. Regional e Articul. Política | 1.491.000,00 |
| Secretaria de Infraestrutura e Planejamento Urbano | 107.989.000,00 |
| Secretaria de Saúde | 718.062.000,00 |
| Secretaria de Agricultura e Abastecimento | 30.163.000,00 |
| Secret. de Meio Ambiente e Desenvolv. Sustentável | 14.640.000,00 |
| Secret. de Desenvolv. Econômico e Turismo | 4.054.000,00 |

Orçamento de Investimento das Empresas Públicas do Município:

| Empresa Munic. de Serv., Obrase Urbanização -Esurb | 9.000.000,00 |
|--|------------------|
| Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e | 18.051.000,00 |
| Transportes de M.Claros - MCTrans | |
| Subtotal | 27.051.000,00 |
| Total | 1.914.351.000,00 |

DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

| Legislativa | 33.747.920,00 |
|--------------------|----------------|
| Administração | 160.832.880,00 |
| Assistência Social | 43.912.000,00 |
| Previdência Social | 141.491.200,00 |
| Saúde | 718.062.000,00 |

4

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - RUA URBINO VIANA, 600, VILA GUILHERMINA - CEP:39.400-087 - MONTES CLAROS/MG - TELEFONES: (38) 3690-5512

| Educação | 460.007.000,00 |
|-------------------------|------------------|
| Cultura | 6.966.000,00 |
| Direitos da Cidadania | 4.100.000,00 |
| Urbanismo | 175.343.000,00 |
| Habitação | 4.854.000,00 |
| Saneamento | 10.530.000,00 |
| Gestão Ambiental | 13.638.000,00 |
| Agricultura | 32.148.000,00 |
| Desporto e Lazer | 10.868.000,00 |
| Encargos Especiais | 35.800.000,00 |
| Reserva de Contingência | 35.000.000,00 |
| Subtotal | 1.887.300.000,00 |
| | |

Orçamento de Investimento das Empresas Públicas do Município:

| Urbanismo | 9.000.000,00 |
|------------|------------------|
| Transporte | 18.051.000,00 |
| Subtotal | 27.051.000,00 |
| Total | 1.914.351.000,00 |

DESPESAS POR NATUREZA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS:

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Despesas Correntes

| Pessoal e Encargos Sociais | 920.853.720,00 |
|----------------------------|------------------|
| Juros e Encargos da Divida | 4.800.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 749.129.280,00 |
| Subtotal | 1.674.783.000,00 |

Despesas de Capital

| Investimentos | 166.507.000,00 |
|-----------------------|----------------|
| Inversões Financeiras | 10.000,00 |

J.





| Amortização da Divida | 11.000.000,00 |
|--------------------------|----------------|
| Subtotal | 177.517.000,00 |
| Reservas | |
| Reservas de Contingência | 35.000.000,00 |
| reservas de Contingencia | |
| Subtotal | 35.000.000,00 |

Orçamento de Investimento das Empresas Públicas do Município:

| Despesas Operacionais - Esurb | 9.000.000,00 |
|---------------------------------|------------------|
| Despesas Operacionais - MCTrans | 18.051.000,00 |
| Total | 27.051.000,00 |
| Total Geral | 1.914.351.000,00 |
| T . I C | , |

O art. 5º e demais dispositivos da referida proposição dispõem sobre: (I) a utilização de recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5°, inciso III, da LRF, no artigo 8°, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e no artigo 23, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022; (II) a abertura de créditos suplementares, por conta do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I, da Lei 4320/64; (III) a abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43, da Lei 4320/64; (IV) a abertura no curso da execução orçamentária de 2022, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social fixada por esta Lei; (V) transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do §4º, artigo 19, da Lei Municipal de n.º 5.352,, de 16 de julho de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022; e (VI) reordenar recursos orçamentários de uma fonte para outra dentro de uma mesma estrutura orçamentária.

Os créditos adicionais de que tratam os incisos do presente artigo poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Por fim, dispõe que os órgãos e entidades da administração direta e indireta mencionados na peça orçamentária ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das

J.

EB)

contas públicas do Município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Importante ressaltar que as Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento realizaram Audiência Pública no dia 08 de novembro de 2023. às 08 h, no Plenário desta Casa Legislativa, para discutirem a matéria.

Desta forma, em reunião conjunta, as Comissões verificam que a matéria está em consonância a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, trata de assunto de interesse local, de competência vinculada do Executivo, portanto não vislumbra vício de iniciativa nem inconstitucionalidade de ordem formal e/ou material.

Por fim, entendem que a Lei Orçamentária traduz o planejamento da aplicação dos recursos públicos em projetos e atividades a serem desenvolvimentos no ano de 2024, com o intuito de promover o desenvolvimento do Município e a melhoria de qualidade de vida população.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2023.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice - Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares

Vice- Presidente: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito: